

REVISTA CICEP EVOLUÇÃO

OUTUBRO DE 2025 V.4 N.10

ISSN: 27645363



DATA DE PUBLICAÇÃO: 15/10/2025



SL EDITORA

Revista Evolução CICEP

Nº 10

Outubro 2025

Publicação

Mensal (outubro)

SL Editora

Rua Bruno Cavalcanti Feder, 101, Torre A - 61 – Quinta da Paineira - 03152-155

São Paulo – SP – Brasil

www.sleditora.com

Editor Chefe

Neusa Sanches Limonge

Projeto Gráfico e capa

Lucas Sanches Limonge

Diagramação e Revisão

Luiz Cesar Limonge

Responsável Intelectual pela Publicação

Centro Institucional de Cursos Educacionais Profissionalizantes (CICEP)

Revista Evolução CICEP – Vol. 4, n. 10 (2025) - São Paulo: SL Editora, 2025 – Mensal

Modo de acesso: <https://www.revistaevolucaocicep.com.br/>

ISSN 2764-5363 (online)

Data de publicação: 15/10/2025

1. Educação 2. Formação de Professores

CDD 370

CDU 37

Renato Moreira de Oliveira – Bibliotecário - CRB/8 8090

SUMÁRIO

O CONCEITO DE CRIANÇA COMO SER SOCIAL E CULTURAL

GLAUCE CRUZ MAURI FERREIRA..... 04

ESCOLA E DISCIPLINA

KARINA CADETTE..... 16

O CONCEITO DE CRIANÇA COMO SER SOCIAL E CULTURAL

GLAUCE CRUZ MAURI FERREIRA

RESUMO

A criança desde de muito pequena, apesar não saber se expressar oralmente e através da escrita, ela consegue se expressar e se relacionar através de rabiscos ou desenhos e deixa explícito seus sentimentos, ações, personalidades e dificuldades cotidianas que a coloca em conflito com o mundo que está inserido e consigo mesma

Palavras-chave: Desenvolvimento. Desenho. Aprendizagem. Evolução. Criança.

Algumas documentações específicas da Educação diretamente voltadas para os direitos e deveres da criança tem como base fundamental os PCN'S - Parâmetros Nacionais Curriculares Nacionais (1997), a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) e o RCNEI – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) que garante a aprendizagem e o desenvolvimento da criança em sua totalidade com habilidades, competências intelectuais esperadas a cada uma delas em sua individualidade.

A resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009 nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010) destaca:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2010, p. 12)

O lugar da criança e as imagens da infância vão se alterando ao longo do tempo nas diferentes sociedades, reflexo das mudanças sociais mais globais que envolvem fatores econômicos, políticos, culturais, etc., responsáveis pela própria mudança de estatuto dos diferentes sujeitos sociais nas diferentes faixas etárias. Estes sujeitos experimentam atualmente direitos, deveres e papéis sociais ativos que desafiam as estruturas sociais tradicionais.

Toda criança é um sujeito social e histórico, participa de uma

sociedade na qual partilha de uma cultura e se desenvolve. Ela transforma e é transformada pelo meio social em que está inserida. Não é um sujeito que nasce pronto e vazio, mas é definida como uma criança que tem competência para interagir, socializar e criar a sua própria cultura.

Segundo Vygotsky (1991), a interação acontece a partir e através de indivíduos com culturas e histórico diferentes onde transforma o espaço de constituição e desenvolvimento da consciência do ser humano desde que nasce.

A interação se dá através do outro mais experiente. A criança inclui estímulos ausentes do seu campo visual imediato, suas operações práticas são menos impulsivas e espontâneas do que as de chimpanzés, com a fala planeja, executa algo visível, assim, age num processo psicológico complexo, usando o signo, uma atividade especificamente humana. (VYGOTSKY, 2005, p 43).

Ao ver e ouvir, toda criança ativa conexões novas no cérebro, apropria-se oralmente da língua materna, internaliza práticas sociais, manipulando a fala e outros instrumentos culturais, imita a análise intelectual, processo interpessoal, mesmo não a compreendendo completamente. Imitativamente inicia sua cognição, coloca seu pensamento num quadro de relações culturais. Nesse sentido, o biológico e o cultural, não são da mesma ordem, mas constituem uma história personalizada, construída de forma e em escala cronológica diferente, dadas as possibilidades de acesso aos instrumentos sociais.

Como um ser único, completo e ao mesmo tempo um ser em crescimento e desenvolvimento, a criança é completa porque tem uma constituição física, tem sua forma de pensar, agir e sentir e está em permanente transformação. As mudanças que ocorrem são quantitativas e qualitativas: o recém-nascido se diferencia do bebê que engatinha, do que já anda, do que já fala e do que já saiu das fraldas. O crescimento e progresso da criança pequena ocorrem no plano físico como psicológico no qual um depende do outro.

Mesmo que toda a criança tenha a necessidade de uma figura adulta para sua sobrevivência, ela é capaz de interagir no meio social (com os pais), natural (com o clima), e cultural (com seus valores) desde de bebê. Desde o seu nascimento o bebê reage ao seu entorno, provoca reações e marca a história de sua família.

Segundo Kramer e Leite (2007):

[...] a criança é concebida na sua condição de sujeito

histórico que verte e subverte a ordem e a vida social. Analiso, então a importância de uma antropologia filosófica (nos termos que dela falava Walter Benjamin), perspectiva que, efetuando uma ruptura conceitual e paradigmática, toma a infância na sua dimensão não-infantilizada, desnaturalizando e destacando a centralidade da linguagem no interior de uma concepção que encara as crianças como produzidas na e produtoras de cultura. (KRAMER; LEITE, 2007, p. 14)

A criança, em sua infância, é lúdica e faz suas próprias construções através de linguagens (o modo de se expressar), do estabelecimento de vínculos afetivos e de situações prazerosas que a auxiliam na construção e na reorganização de suas ideias e sentimentos sobre o mundo, as pessoas e sobre si mesma.

O convívio familiar, escolar e social para as crianças promove a integração entre os diversos aspectos que as norteiam, como o aspecto físico, emocional, cognitivo, entre outros.

Atualmente, compreende que toda criança é dotada de particularidades e cuidados especiais, principalmente as mais pequeninas. Muitas pessoas, até mesmo a própria família, acreditam que as crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos não se expressam de forma nítida e relevante. Alguns adultos tentam adivinhar o que as crianças querem, na inocência de acharem que elas não sabem informar seus desejos, e ficam fazendo suposições. Mas é preciso entender um pouco mais sobre esse mundo que as rodeiam e compreender o que eles podem aprender desde cedo.

A criança vivencia processos descontínuos, marcados por contradições, conflitos. Os estágios do seu desenvolvimento marcam-se por características específicas, demarcadas nitidamente, passam por sobreposição, mistura, confusão, numa ordem necessária, num ritmo descontínuo. (WALLON, 1981, p 47).

Nesse entendimento, o cognitivo e o afetivo marcam a atividade intelectual. O crescimento biológico traz progressos, as revoluções de idade, chorar, sorrir, movimentar-se, jogar, manifestações peculiares a infância que dão passagens para outros comportamentos, novas aprendizagens.

A linguagem é preponderante no desenvolvimento, permite representar a ordem mais insignificante de uma sequência, organizar um discurso, não é a causa do pensamento, mas um suporte indispensável ao seu progresso. Para Wallon (1981) “A representação é possível pela linguagem, com ela opera-se sobre o ausente, adentra-se o mundo dos signos, ampliando o pensamento, unindo e separando”. Esse processo é permeado pela dificuldade, conflito, crises de autoafirmação, oposições, que finalizam a infância e evocam a puberdade.

Finalmente, nessa intersecção, Piaget (1995) fala de um sujeito

epistêmico que tem a ação como manifestação inicial da inteligência. Vygotsky (2005) considera a pessoa um sujeito social que significando transforma valores culturais, é transformada, cria e recria cultura.

Desde o princípio, a atenção da criança está orientada, ou seja, primeiramente se dirigem aos adultos e conforme vai tendo o domínio da linguagem, começa a dominar a mesma propriedade de dirigir sua atenção em relação com os demais e depois em relação consigo mesma. (VYGOTSKY, 1995, p.232)

Wallon (1981) diz ser a repetição, ludicidade e investigação elementos prazerosos e que favorecem, via de "assimilação ou confusão adaptada", o aprendizado, sua criança é geneticamente social.

1.1. O valor da família para a criança em sua formação e desenvolvimento

O primeiro espaço de convivência da criança é a família. Referência fundamental para qualquer criança, é na família que, independentemente de sua configuração, se aprende e incorpora valores éticos, e onde são vivenciadas experiências afetivas, representações, juízos e expectativas. A família é uma instituição de extrema importância para o desenvolvimento e formação do sujeito, conforme descrito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB (Lei 9.394/96). Através das famílias as crianças se constroem pessoas adultas com uma determinada autoestima e onde estas aprendem a enfrentar desafios e a assumir responsabilidades.

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996, p. 8)

Esta deve assegurar a sobrevivência dos filhos, o seu desenvolvimento saudável e sua socialização dentro dos comportamentos básicos de comunicação. Deve acarinhá-los e estimular as crianças no sentido de transformá-las em seres humanos com capacidade para se relacionar competentemente com o seu ambiente físico e social, assim como para responder às exigências necessárias à sua adaptação ao mundo como também dar continuidade no desenvolvimento integral dela.

É fundamental entender também que o aprender é um processo contínuo e não cessa quando a criança está em casa. Quando a família passa a perceber sua devida importância nesse processo ela possibilita a promoção da verdadeira educação significativa do sujeito enquanto

cidadão livre, autônomo e pensante. A família é o primeiro e principal contexto de socialização dos seres humanos, é um entorno constante na vida das pessoas; mesmo que ao longo do ciclo vital se cruze com outros contextos como a escola e o trabalho. (EVANGELISTA; GOMES, 2003, p.203)

As famílias de hoje carecem de tempo para conviver e para comunicar. Encontrar tempo para ouvir e para falar, significa deixar de lado muitas outras coisas que nos interessam muito, mas que não são tão importantes. Por vezes, a falta de assunto associada stress do dia a dia aumentam o distanciamento entre os membros da família. A verdade é que os pais devem fazer um esforço no sentido de fomentar o diálogo e consequentemente os laços familiares, até porque, existe sempre algo para dizer: uma aventura no seu trabalho, uma tarefa doméstica, um programa na rádio, o futebol, etc.

Para além dos pais, os restantes membros da família (avô, avó, tios) também têm um papel de extrema importância no desenvolvimento das crianças (contando histórias). As crianças também deverão participar e enriquecer os restantes membros da família com as suas aventuras e peripécias.

Uma família bem estruturada requer algumas condições básicas, como é a necessidade de que haja uma hierarquia na distribuição de papéis, lugares, posições e atribuições, com a manutenção de um clima de liberdade e de respeito recíproco entre os membros. (ZIMERMAN, 1999, p.104)

Aprender a dialogar em família é algo acessível a todos. As crianças aprendem continuamente através dos seus pais, não só o que estes lhes contam, mas também, sobretudo, pelo que veem neles, como atuam, como respondem perante os problemas. Em definitivo, as crianças observam e copiam o proceder dos seus pais perante a vida.

A verdadeira educação nos valores transmite-se, passa dos pais para os seus filhos desde o dia do nascimento até ao final da vida. A família é a instituição mais privilegiada da educação, pois é no seu meio natural que o homem nasce e existe e onde se desperta como pessoa. Exerce enorme influência quer na integração escolar quer no desenvolvimento dos filhos.

Esta mediação diretiva desempenhada pelo adulto é determinante também, do exercício da atenção do bebê que, sendo involuntária e muito inconstante, dependerá da natureza dos estímulos apresentados. A possibilidade de manejar as coisas amplia seu círculo de atenção, permitindo o treino de focalização e fixação a uma vasta gama de estímulos visuais, auditivos, táteis, etc. (MARTINS, 2009, p. 11)

É de extrema importância o conhecimento da influência que os

sistemas familiares têm sobre o desenvolvimento e comportamento das crianças e dos jovens da nossa sociedade.

1. O DESENVOLVIMENTO INFANTIL EM SEUS ASPECTOS CONSTITUTIVOS

O desenvolvimento infantil se define como a evolução da criança que inicia desde seu nascimento e que envolve seus aspectos físicos, emocionais, sociais e cognitivo e para que esse desenvolvimento aconteça integralmente é necessário que ela esteja envolvida em um ambiente acolhedor, harmonioso, repleto em experiências por intermédio de seus familiares, por meio dos cuidados com a mãe e seu ambiente, e continuar a ser promovido de forma intensiva após o nascimento, infância, adolescência e além.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente – Brasil (2014)

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (BRASIL, 2014, p.11)

Para o bom desenvolvimento nesta fase é essencial o envolvimento e participação da família, da rede social de apoio e das políticas públicas que organizam serviços para apoiar as necessidades de famílias e crianças e para respeitar os seus direitos.

A fase da infância, os seis primeiros anos de vida, é fundamental para o desenvolvimento integral de meninas e meninos. É importante priorizar suas ações e o direito de cada criança a sobreviver e se desenvolver.

Na primeira infância toda criança desenvolve grande parte do potencial mental que terá quando adulto. Sendo assim, essa fase constitui-se uma janela de oportunidades.

A atenção integral nessa faixa etária influencia no sucesso escolar, no desenvolvimento de fatores que os tornam capazes de lidar com problemas e conflitos e auto estima necessários para continuar a aprendizagem, na formação das relações e da autoproteção requeridas para independência econômica e no preparo para a vida familiar.

Sabemos que a continuidade do desenvolvimento cultural da criança é a seguinte: primeiro outras pessoas atuam sobre a criança; se produz então a interação da criança com seu entorno e, finalmente, é a própria criança quem atua sobre os demais e tão somente ao final começa a atuar em relação

consigo mesma. Assim é como se desenvolve a linguagem, o pensamento e todos os demais processos superiores de conduta (VIGOTSKI, 1995, p.232)

Até o sexto ano de vida, o desenvolvimento do cérebro é muito rápido e pode ser afetado por fatores biológicos, psicossociais, herança genética e pela qualidade do ambiente em que se vive e se convive. Esse processo pode, a longo prazo, afetar a capacidade estrutural e funcional, influenciando negativamente o desenvolvimento cognitivo e sócio emocional do ser humano.

Ao se desenvolver, toda criança passa por um processo de construção de personalidade conforme as relações estabelecidas com o ambiente físico e social que convive.

Segundo Piaget (1974), o desenvolvimento cognitivo acontece através de estágios, momentos em que o indivíduo adquire maturidade desde o nascimento à vida adulta estando em constante transformação. Em linhas gerais, ele esquematiza o desenvolvimento intelectual nos seguintes estágios:

- **Sensório-motor:** que corresponde o estágio inicial, que vai do nascimento até os dois anos de vida, momento que a criança já tem uma percepção do ambiente e age sobre ele. Faz-se necessário uma estimulação ambiental para que o bebê obtenha reflexões das imagens, com isso já passe a coordena-las.
- **Pré-operacional:** momento que a criança começa a desenvolver a capacidade simbólica. Neste período o que de mais importante acontece é o aparecimento da linguagem, que irá acarretar modificações nos aspectos intelectual, afetivo e social. Ainda é importante considerar que neste período a maturação neurofisiológica completa-se permitindo o desenvolvimento de novas habilidades, como a coordenação motora fina, nesta fase a criança já consegue fazer alguns movimentos exigidos pela escrita.
- **Operações concretas:** é o período onde as operações mentais da criança ocorrem em resposta a objetos e situações reais. Nessa fase tem início a construção lógica, isto é, a capacidade de coordenação de ideias diferentes.
- **Operações formais,** é o período após os 12 (doze) anos, a fase da adolescência, que o indivíduo passa a adquirir características próprias da fase adulta, como também adquire autonomia crescente em relação ao adulto, passando a organizar seus próprios valores morais.

Ao levar em consideração essas fases, vale ressaltar que a metodologia de ensino e aprendizagem deve considerar o período de maturação, pois segundo Mussen (1982, p.27-28) "Todas as características do indivíduo bem como todas as mudanças de desenvolvimento são produtos de maturação.". Com a maturação, dia a dia, o indivíduo se desenvolve e amplia os seus conhecimentos e assim, está preparado para

exercer a sua cidadania e autonomia aprimorando seus estágios físicos, mentais, emocionais, sociais e motores

Portanto é esta que determina o nível de desenvolvimento da criança, sendo necessário que o organismo atinja o momento apropriado para a realização de determinada tarefa, obtendo assim uma aprendizagem.

1.1. Desenvolvimento e interação da criança dentro de um espaço e ambiente

De acordo com os documentos apresentado no decorrer desta pesquisa, há uma discussão bastante pertinente sobre a criança. Ao nascer, ela carece de espaços e um ambiente que consiga proporcionar liberdade aos seus movimentos, segurança e a o mais relevante, que possibilite sua socialização com o universo e com os indivíduos que as rodeiam. Em harmonia com Lima (2001, p.16) “o espaço é muito importante para a criança pequena, pois muitas, das aprendizagens que ela realizará em seus primeiros anos de vida estão ligadas aos espaços disponíveis e/ou acessíveis a ela”.

De acordo com Jean Piaget citado por Kramer (2000, p. 29)

O desenvolvimento resulta de combinações entre aquilo que o organismo traz e as circunstâncias oferecidas pelo meio [...] e que os esquemas de assimilação vão se modificando progressivamente, considerando os estágios de desenvolvimento. Todo ser humano carrega desde sua concepção conhecimentos e através da interação com o meio vai desenvolvendo estes conhecimentos. Piaget considera a interação indivíduo / meio apenas sem considerar as interações entre as crianças e suas diferentes culturas.

Para Vygotsky (apud DAVIS e OLIVEIRA, 1993, p. 56) “o ser humano cresce num ambiente social e a interação com as outras pessoas é essencial ao seu desenvolvimento”, então pode se afirmar que um ambiente com experiências que tem o propósito de instigar a criança é aquele que se sente tranquila e ao mesmo tempo desafiada, onde se sinta prazerosa em fazer parte do ambiente que se reconheça com o mesmo e essencialmente estabeleça afinidades com seus parceiros.

Com finalidade de que isso aconteça, os ambiente e espaços requer um planejamento com o objetivo de atender as ausências da criança pequena, ou melhor, tudo deverá estar disponível a criança, só assim a sua evolução como individuo acontecerá de maneira a proporcionar sua autonomia bem como sua socialização dentro de suas próprias

particularidades. Então, os espaços tem a obrigação de ser dispostos com o intuito de provocar a criança nos seus campos de experiências intelectuais, sociais e motores.

É no espaço físico que a criança consegue estabelecer relações entre o mundo e as pessoas, transformando-o em um pano de fundo no qual se inserem emoções [...] nessa dimensão o espaço é entendido como algo conjugado ao ambiente e vice-versa. Todavia é importante esclarecer que essa relação não se constitui de forma linear. Assim sendo, em um mesmo espaço podemos ter ambientes diferentes, pois a semelhança entre eles não significa que sejam iguais. Eles se definem com a relação que as pessoas constroem entre elas e o espaço organizado (HORN, 2004, p.28)

Os ambientes e espaços para receber a criança devem ser característicos, é a condição extremamente significativa para que ocorra a constituição da identidade e particularidade de cada criança com a finalidade de torna-la competente a desenvolver a sua liberdade e integralidade. Quando se disponibiliza um ambiente rico e variado para a criança pequena, se instigam os seus sentidos e esses sentidos são fundamentais ao desenvolvimento humano. A impressão de autoconfiança é substancial visto que provoca o aspecto intelectual da criança. Para Carvalho e Rubiano (2001, p.109):

Todos os ambientes construídos para crianças deveriam atender cinco funções relativas ao desenvolvimento infantil, no sentido de promover: identidade pessoal, desenvolvimento de competência, oportunidades para crescimento, sensação de segurança e confiança, bem como oportunidades para contato social e privacidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dos estudos obtidos buscou-se analisar e compreender a relevância do desenho no progresso de uma criança, como forma de expressão enquanto o domínio da linguagem oral e escrita ainda não predomina. As formas de interpretação do mesmo, dos estereótipos utilizados para a realização das produções gráficas e de outras formas desenhadas pela criança que muitas vezes podem servir como um sinal de alerta para os educadores.

REFERÊNCIAS

ALEXANDROFF, Marlene Coelho. **Construção Psicopedagógica: Os caminhos paralelos do desenvolvimento do desenho e da escrita.** São Paulo, n. 17, vol. 18. 2010.

AZEVEDO, C. **As emoções no processo de alfabetização e a atuação docente.** 1. ed. São Paulo: Vetor Editora, 2003.

BÉDARD, Nicole. **Como interpretar os desenhos as crianças.** São Paulo: Isis, 2010.

BORGES, L.C.; SALOMÃO, N. R. **Aquisição da linguagem: considerações da perspectiva da interação social.** Psicologia: Reflexão e Crítica, v.16, 2003.

BOSSA, N. A. **A Psicopedagogia no Brasil: Contribuições a partir da Prática.** 3ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil / Secretaria de Educação Básica.** – Brasília: MEC, SEB, 2010.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96.** Brasília: MEC., 1996.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte - Ensino Fundamental.** Brasília: MEC/SEF, 1997.v.6.

CARVALHO, Maria C de; RUBIANO, Márcia R. B. **Organização Dos Espaços Em Instituições Pré-Escolares.** In: OLIVEIRA, Zilma M. (Org.) Educação Infantil: Muitos Olhares. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DERDYK, Edith. **Formas de pensar o desenho: desenvolvimento do grafismo infantil.** São Paulo: Scipione, 1989.

_____, Edith. **Formas de pensar o desenho: desenvolvimento do grafismo infantil.** 3ª.edição. São Paulo: Scipione, 2004.

_____, Edith. **O Desenho da Figura Humana.** São Paulo: Scipione, 1990.
EVANGELISTA, F; Gomes. **Educação para o pensar.** Campinas: Alínes, 2003.

HENNEMANN, Ana L. **Neuropsicopedagogia Clínica: Relatório de Estágio.** Novo Hamburgo: CENSUPEG, 2012.

HORN, Maria da Graça de Souza. **Sabores, cores, sons, aromas. A organização dos espaços na educação infantil.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

IAVELBERG, Rosa. **O desenho cultivado da criança: prática e formação de educadores**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2013.

KRAMER, Sonia. **Com a Pré-Escola nas mãos**. São Paulo: Ática, 2000.

_____, Sônia; LEITE, Maria Isabel. **Infância: Fios e Desafios da Pesquisa**. 9ª edição. São Paulo: Papirus, 2007

LIMA, Elvira de S. **Como a criança pequena se desenvolve**. São Paulo: Sobradinho, 2001.

LOPES, Juliana Cassab. **O desenvolvimento histórico do processo do estudo do desenho da criança**. Monografia (Pós-Graduação). Universidade de Franca, São Paulo, 2001.

LOWENFELD, V.; BRITAIN, W. L. **Desenvolvimento da capacidade criadora**. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

_____, Viktor. **A criança e sua arte**. 2ª edição. São Paulo: Mestre Jou, 1977

LUQUET, Georges-Henri. **Les dessins d'un enfant**. Paris: Félix Alcan, 1913

_____, G. H. **Le Dessin Infantin**. Berna: Delachaux Et Niestlé, 1927

_____, G.H. **O desenho infantil**. Porto: Livraria Civilização, 1969.

MARTINS, L. M. **O ensino e o desenvolvimento de crianças de zero a três anos**. In: ARCE, A.; MARTINS, L. M. (Org.). **Ensinando aos pequenos de zero a três anos**. Campinas-SP: Alínea, 2009.

MÈREDIEU, Florence de. **O desenho infantil**. São Paulo: Cultrix, 2006.

MUSSEN, P. H. **O Desenvolvimento Psicológico da Criança**. Rio De Janeiro: Zahar, 1982.

OLIVEIRA, Marta K. Vygotsky: **Aprendizado e Desenvolvimento: Um processo sócio-histórico**. 4ª Edição. São Paulo: Scipione, 1999.

OLIVEIRA, Vera Barros e Bossa Nádia A. (Org.) **Avaliação psicopedagógica da criança de zero a seis anos**. 18ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

PIAGET, J. **A equilibracão das estruturas cognitivas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____, Jean. **A epistemologia genética**. Petrópolis: Vozes, 1971.

_____, J. **Aprendizagem e conhecimento**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos,

[1959], 1974.

_____, Jean. **Seis estudos de psicologia**. Tradução: Maria Alice Magalhães D'amorim e Paulo Sergio Lima Silva. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

PORTO, Olívia. **Bases da Psicopedagogia: diagnóstico e intervenção nos problemas de aprendizagem**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Wak, 2007.

SEBER, M. G. **Psicologia da Pré-escola: uma visão construtivista**. São Paulo: Moderna, 1995.

SOUZA, Ana Paula Bellot de. **Evolução do Grafismo na educação Infantil**. Pós Graduação – Universidade Candido Mendes Instituto a Vez do Mestre, Rio de Janeiro, 2010. 50 p.

TONINATO, M. A. D. **Desafios éticos e bioéticos da neurociência**. Bioethikos. Centro Universitário São Camilo, 2007.

VYGOTSKI, L. S. (1931) **Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores**. In: **Obras Escogidas, Tomo III**. Madri: Visor e MEC, 1995.

_____. **A Formação social da Mente**. 4ª Edição. São Paulo: Martins Fontes; 1991.

_____, L.S. **A educação no comportamento emocional**. Em Vigotsky, L, S **Psicologia Pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2000

_____. **Pensamento e linguagem**. Tradução: Jefferson Luiz Camargo. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **Obras Escogidas, Tomo III**. Madri: Visor, 1995.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. Lisboa: Edições 70, 1981

_____. **Psicologia e Educação**. São Paulo: Edições Loyola, 2005

ZIMERMAN, David E. **Fundamentos psicanalíticos: Teoria, Técnica e Clínica – Uma Abordagem Didática**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

ESCOLA E DISCIPLINA

KARINA CADETTE

RESUMO

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a importância de trabalhar a disciplina como instrumento educativo e de formação do cidadão.

Palavras-chave: Disciplina; Escola; Aprendizagem.

Justificativa

A escolha do tema nasceu da constatação que a disciplina faz parte do nosso cotidiano enquanto professores e alunos. Desde planejamento didático, financeiro, lazer e até apenas comunicados, a discussão disciplinar permeia os diálogos. Essa questão, de uma nitidez até certo ponto enfática, sobrepõe-se a todas as outras problemáticas no cotidiano escolar constituindo-se, num desafio e uma preocupação essencialmente explícita.

Estamos vivendo numa época de transição na educação. Novas políticas educacionais, modificações no currículo escolar, aprendizagem mediada por novas tecnologias, práticas que enfatizam a construção da autonomia, competências e cidadania. Que este trabalho venha a permitir uma reflexão aos professores e profissionais da área da Educação sobre este grande desafio que persiste a séculos dentro das escolas, que é a disciplina.

Sabemos que este tema requer muita investigação. Recorremos aos teóricos Michel Foucault e Celso Vasconcellos para que nos auxiliem a explicar um pouco sobre disciplina e indisciplina.

Esperamos que no final do trabalho possamos conhecer o suficiente sobre o tema e saber que as escolas precisam avançar, pois os problemas parecem estar sempre se atualizando.

Grande Questão

Queremos através do desenvolvimento deste trabalho saber qual a relação entre escola e disciplina segundo Michel Foucault e Celso dos Santos Vasconcellos.

Questões Menores

No desenvolver do trabalho serão abordadas as seguintes questões:

- O que é disciplina?
- O que é indisciplina?
- O que é disciplina do corpo?
- O que é disciplina baseada no autoritarismo e punições?
- O que é disciplina interativa?
- Qual disciplina colabora para uma aprendizagem eficaz?
- O que é disciplina e indisciplina para Michel Foucault e Celso Vasconcellos?

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com consulta de livros. Os livros serão fichados e as informações, registradas para os estudos. Esses fichamentos serão feitos aos poucos, à medida em que iremos nos aprofundando no assunto.

Introdução

Nas discussões sobre o universo escolar, a fala predominante é a questão disciplinar.

Iniciaremos este trabalho com definições de disciplina e indisciplina. Para uma reflexão teórica, a análise de Michel Foucault presente fundamentalmente em “Vigiar e Punir” constitui-se numa das principais referências deste trabalho.

A disciplina torna-se o grande alvo a ser alcançado e a responsável em manter o nível de aprendizado em nível aceitável. Segundo esta perspectiva, é através da disciplina dos alunos e dos professores que o sistema educativo se engrena.

A relação hierárquica no ambiente escolar revela como a disciplina dociliza os corpos e os coage numa constante utilização.

Compreender a relação das escolas com a questão disciplinar e entender como as mesmas exercem esse poder é a essência deste trabalho.

Celso Vasconcellos se apresenta como referência teórica para fundamentar que o sistema punitivo dentro das escolas pode ser modificado através da construção da disciplina interativa e consciente que irá permitir a atuação livre dos agentes escolares superando os condicionamentos internos ou externos que se apresentam no cotidiano.

I – Disciplina e Indisciplina

1.1 – Definições de disciplina e indisciplina

Como educadoras, convivemos com as questões de disciplina e indisciplina diariamente e trata-se de termos complexos. Por isso recorreremos a dicionários para melhor defini-los.

Disciplina

“Regime de ordem imposta ou livremente consentida; ordem que convém ao funcionamento regular de uma organização (militar, escolar, etc.); relações de subordinação do aluno ao mestre ou ao instrutor” (Novo Aurélio).

“Obediência às regras e aos superiores; regulamento sobre a conduta dos diversos membros de uma coletividade imposta ou aceito democraticamente que tem por finalidade o bem-estar dos membros e bom andamento dos trabalhos; ordem, bom acompanhamento; obediência a regras de cunho interior, firmeza, constância; castigo, penitência, mortificação” (Houaiss).

Indisciplina

“Procedimento, ato ou dito contrário à disciplina; desobediência; desordem; rebelião” (Novo Aurélio).

“Falta de disciplina, desobediência, insubordinação, rebeldia” (Houaiss).

1.2 - Disciplina segundo Michel Foucault

O corpo dos condenados

A mortificação assumiu novas formas de execução nos períodos em que o suplício era permitido, especialmente no Império Romano e na Idade Média. Essa execução se fazia às claras, de modo ostensivo, mas precisava ser pública, na frente de plateias sequiosas para que a punição do crime fosse exemplar.

O processo e o julgamento, nos tribunais da Inquisição, eram secretos, mas a execução tinha que ser pública. Michel Foucault relata um feito por um dos participantes do ato, sobre a execução à morte de Damiens, condenado em 1757, na França:

“Damiens fora condenado, a 2 de março de 1757, a pedir perdão publicamente diante da porta principal da Igreja de Paris levado e acompanhado numa carroça, nu, de camisola, carregando uma tocha de cera acesa de duas libras; na dita carroça, na praça de Grève, e sobre um patíbulo que aí será erguido, atenazado nos mamilos, braços, coxas e barrigas das pernas, sua mão direita segurando a faca com que cometeu o dito parricídio, queimada com fogo de enxofre, e às partes em que será atenazado se aplicarão chumbo derretido, óleo fervente, piche em fogo, cera e enxofre derretidos conjuntamente, e a seguir seu corpo será puxado e desmembrado por quatro cavalos e seus membros e corpo consumidos ao fogo, reduzidos a cinzas, e suas cinzas lançadas ao vento” (FOUCAULT, 2002, p. 9).

Analisando essa execução, concluímos que barbáries eram cometidas, as punições eram severas, os corpos mutilados através de torturas inimagináveis, dor e sofrimento. Todos esses elementos faziam parte de um processo de apuração do ato, julgamento e condenação, consentidos pelas mais altas autoridades da época.

Sendo desta maneira os primórdios da humanidade que o fator punição existe. É a forma mais ingênua e direta de ordenar e tornar harmoniosa a convivência.

Não era autenticada nenhuma forma de defesa, a não ser a própria confissão que na maioria das vezes preservava o condenado da tortura, levando-o diretamente à força ou à decapitação.

O suplício é uma pena corporal, produz certo sofrimento equivalente ao crime produzido, faz parte de um código jurídico de dor. Não deve nunca ser esquecido pelos homens, que o guardarão através das marcas em seus corpos. O suplício era magnífico, era mostrado como um triunfo do Estado sobre o condenado.

Segundo Foucault, “o suplício repousa na arte quantitativa do sofrimento. Mas não é só: esta produção é regulada. O suplício faz correlacionar o tipo de ferimento físico, a qualidade, a intensidade, o tempo dos sofrimentos com a gravidade do crime, a pessoa do criminoso, o nível social de suas vítimas” (FOUCAULT, 2002, p. 31).

Apenas a partir do século XVIII que se dá início a todo um movimento de mudança dos métodos de suplício medievais, a denominada “Economia do Castigo”, um arranjo de sofrimentos mais perspicaz, porém muito mais eficientes. É iniciada uma verdadeira prospecção sobre como fazer sofrer humanamente, é criada a tecnologia do sofrimento. Porém um fato marcante deve ser considerado, punições e principalmente execuções públicas praticamente desapareceram da Europa. O corpo sai das duras penas físicas e interna-se no universo da repressão e da carência, da obrigação e das apreensões.

Os mecanismos punitivos atuam também como receptores de mão-de-obra servil não recompensada, o preso é utilizado economicamente.

Foucault deixa claro que todos os sistemas de prisões e punições na verdade são para a demonstração e aperfeiçoamento de um poder.

Levantamos juntamente com Foucault as questões: até que ponto os cidadãos são culpados pelas penas? Por que o homem pode ser tão cruel mesmo em se obrigar a assistir cenas de suplício? Até que ponto um homem pode exercer um poder tão grande sobre outros homens e direito de punir quando bem quiser?

No século XVIII o corpo é descoberto enquanto uma fonte inesgotável de poder, não somente o seu suplício e agonia, mas a sua utilização enquanto máquina, princípio, disciplina.

É um elemento composto de docilidade e fragilidade, algo manipulável e facilmente adestrável, enfim, capaz à superioridade. A disciplina dos séculos XVII e XVIII é diferente de todo o tipo de massificação anteriormente aplicado, foge largamente dos princípios escravista e de domesticidade das épocas clássicas, é uma utilização do corpo para determinados fins. Ela fabrica corpos

dóceis, submissos, porém altamente especializados e capazes de desempenhar inúmeras funções.

Tal princípio é mais bem aprovado no corpo econômico, ou seja, nas fábricas. O controle de produção totalmente observável praticamente elimina o erro e o vazio, aumentando assim os rendimentos. A existência de um regime disciplinar já pressupõe um sistema penal, uma micro penalidade para a possível transgressão a qualquer norma.

Foucault nos mostra de maneira clara a que se reduz o corpo:

“O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe” (FOUCAULT, 2002, p. 119).

Entendemos que a disciplina atua como um subentendido tribunal, impondo penas leves e rígidas.

A arte das distribuições é indicada em técnicas disciplinares, com base na distribuição espacial dos indivíduos, como forma de dominar os corpos. No entanto, a separação por si só não é suficiente, necessitando de uma forma mais fina de controle, o quadriculamento, que pressupõe a divisão dos corpos pelo espaço disponível, ou seja, disciplinar os corpos pelo espaço.

O exercício da disciplina se funda, desta forma, a partir da distribuição dos indivíduos no espaço, como por exemplo, nos colégios, quartéis, hospitais e cárceres, sendo este harmônico com uma organização retangular ou quadricular que, funcionalmente, é mais eficiente para o controle dos corpos individuais.

Estabelece-se ainda a regra das localizações funcionais, lugares-chave necessários tanto ao ato de vigiar quanto no sentido da utilidade.

Além disso, Foucault estabelece também o conceito de troca dos elementos como forma de superioridade, pois a determinação do local próprio de cada um (a posição na fila) e a distância entre um e outro (local) individualiza e despersonaliza os corpos. Desta forma, estabelece-se que as disciplinas, organizando as celas, os lugares e as fileiras criam espaços complexos.

Ao se tratar de controle de presteza, Foucault insere o conceito de horário como forma de controle, e que deve ser útil, ou seja, o corpo tem que seguir um padrão de horário a fim de se estabelecer prazos e limites para as produções do mesmo.

“O tempo medido e pago deve ser também um tempo sem impureza nem defeito, um tempo de boa qualidade, e durante todo o seu transcurso o corpo deve ficar aplicado a seu exercício” (FOUCAULT, 2002, p. 129).

Pela elaboração temporal do ato, constrói-se um programa, que divide o tempo em fases.

Desta forma, “o tempo adentra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder” (FOUCAULT, 2002, p. 129).

Daí surge a relação entre o gesto e a atitude global do corpo, dentro dos princípios de eficácia e rapidez, na qual todo movimento deve uma hipótese a utilidade de suas partes, que em outras palavras, este controle surge a partir da articulação corpo-objeto, na qual se manipula o corpo como uma máquina, ou seja, o ser humano é percebido como tal e precisa produzir em tempo competente, independente das carências não supridas e que desqualificam sua existência como ser humano.

A união instrumental do corpo estabelece a decomposição do movimento como um todo em partes, regulamentando-o e estabelecendo uma minuciosa engrenagem entre o corpo e o objeto. Por outro lado, a disciplina deve estabelecer uma economia positiva, deve utilizar o tempo ao máximo, maximizar a utilidade, não deixando espaço para a folga. Desta forma, o comportamento e suas exigências vão pouco a pouco suprir a simples física do movimento. O corpo, do qual se requer que seja pacífico até em suas mínimas operações, opõe e mostra as condições de funcionamento próprias a um organismo.

Foucault procura demonstrar como as disciplinas trabalham no sentido de atender à questão de força pela tensão das partes que compõe uma máquina (no caso, a máquina humana), de modo a se obter um aparelho competente. Neste sentido, o corpo individual é colocado junto a outros corpos, de modo a, ordenadamente formarem um todo articulado, ou seja, se torna

uma peça de uma máquina multisegmentar, e a especialidade deve colocar em ordem este todo a partir de uma combinação temporal, de séries cronológicas ajustadas de forma a arrancar o máximo de forças de cada peça, a fim de obter-se o melhor resultado.

Para que isto seja possível, se torna necessário um sistema de governo competente, com ordens claras, breves e precisas que produzam o efeito desejado, preferencialmente a partir de sinais, de um código, sem a necessidade de esclarecimento.

Assim, o corpo com sua singularidade se articula a outros corpos através da dinâmica do movimento, como comportamento motor, a fim de melhor ser controlado numa determinada temporalidade e especialidade, com o propósito de produzir mais e melhor, devido à síntese de força e energia individuais concentradas. Para isto, torna-se necessário que todos os corpos articulados conheçam os mesmos sinais, para que haja harmonia de gestos e eficiência na produção final.

A harmonia de uma tropa após a manifestação de um comando, é um bom exemplo de reconhecimento de sinais, bem como a repetição de comandos ginásticos ditados por um professor e seguidos religiosamente por seus alunos.

O poder fazer obedecer é, com efeito, um poder que, em vez de se adaptar e de extrair, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida treinar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não junta as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. Em vez de dobrar de maneira uniforme e por massa tudo o que lhe está submetido, separa, analisa, distingue, leva seus procedimentos de alteração até às singularidades necessárias e suficientes. A disciplina fabrica indivíduos, ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, pode-se fiar em seu super poderio; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente. Humildes modalidades, procedimentos menores, se os compararmos aos cerimoniais majestosos da soberania ou às grandes formas maiores, mnotificar-lhes os mecanismos e impor-lhes seus processos. O aparelho judiciário não escapará a essa invasão, mal secreta, que tem que ser

entendimento pelo legislador é que a norma penal constante do título material, ou processual, tem pouca, ou quase nenhuma potência no interior do presídio. Quem realmente mantém a situação sob controle na unidade prisional é o diretor e o guarda de presídio. São estes que estão diante da realidade do preso. Realidade esta, que se resume a um planejamento de vida zero. Pois, todo cidadão, mesmo aquele excluído da sociedade civil, tem um planejamento de vida.

A generalização do projeto e das técnicas disciplinares não apenas tornou possível o começo da prisão, como o discurso de que o isolacionismo deixaria a paisagem urbana mais unificada e harmônica. Este discurso disciplinador visa, antes de qualquer coisa, a cópia da estrutura familiar nucleada, e da democracia representativa em forma de eleições. Somos, pois, disciplinados, vigiados ou punidos quando nos recusamos aos contratos sociais, à política de impostos ou ao não exercício "democrático" do voto. Foucault descreve três grandes instrumentos disciplinares, reguladores de uma rede de poderes: a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame. A norma passaria, assim, a ser regida por fundamentos do vigiar e do punir, escolhido mediante um exame prévio socialmente acatado. Torna-se para o Estado moderno muito mais vantajoso economicamente vigiar do que punir. É este discurso da vigilância preventiva que desencadeia na América Latina das décadas de 60 e 70 as passeatas dos cidadãos medianos da sociedade a chamada classe média, que clamam por um basta no urgente perigo exterior. Se o vigiar não é suficiente, lança-se mão do punir através de sanções normalizadoras, mesmo que excludentes e resumidas. Em nome da norma institucionalizada enchem-se os porões das prisões e acionam-se os eletrodos do poder das sombras.

A disciplina faz o indivíduo, ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu estágio. Não há qualquer grau de relatividade nas práticas dos códigos. Criam-se mecanismos de bom gosto que sistematizam e organizam os vários discursos da vigilância em um só discurso cristalizado em uma dada lei.

A disciplina possui modo próprio de punir, e que é apenas um "modelo reduzido de tribunal". O castigo disciplinar tem a função de reduzir os desvios.

Corrigir as falhas. Ou evitar novas falhas. Deve, portanto, ser essencialmente corretivo. Ao lado das punições copiadas ao modelo judiciário (multas, restrições, etc.), os sistemas disciplinares privilegiam as punições que são da autorização do exercício, muitas vezes frequente, tal como o de escrever várias vezes "não deve falar palavrão" ou coisas do tipo.

A punição disciplinar é "menos a vingança de a lei ofender que sua repetição", não busca contestar a barbárie com outra barbárie. O castigo deve ensinar de modo que punindo o sujeito do desvio, o objetivo é alcançar o arrependimento do "réu" de tê-lo feito e criar o medo de vir a sofrer a medida repressiva novamente. O objetivo da pena jurídica é tanto mais obter a vingança, já que seu fim maior é fazer com que o infrator pague pelo mal que causou.

A punição, na disciplina, constitui um sistema duplo de "gratificação-sanção", enquanto a justiça apenas considerara o que é permitido ou proibido. A qualificação dos comportamentos e dos comportamentos a partir de dois valores opostos do bem e do mal; em vez da simples separação do proibido, como é feito pela justiça penal, temos uma distribuição entre polo positivo e pólo negativo; todo o comportamento cair no campo das boas e das más notas. Nesse jogo valorativo do "bom" e do "mau", a justiça disciplinar hierarquiza. O próprio sistema de classificação vale como recompensa ou punição. Recompensa pelo jogo das promoções que permitem hierarquias e lugares; pune rebaixando e degradando. Desse modo, enquanto os sistemas jurídicos qualificam os sujeitos de direito segundo normas universais, as disciplinas caracterizam, classificam, especializam, hierarquizam os indivíduos em relação uns aos outros.

As micro penalidades estão para as penalidades jurídicas assim como a ciência está para o Direito. Este existe, enquanto prática intercessora das relações sociais solucionadoras e/ou remediadora dos conflitos gerados pela vida em sociedade, como braço forte do Estado, ao passo que a disciplina se impõe a cada um por meio dos micro poderes, deslocando a noção de poder central para um poder periférico, desempenhado e recebido por cada um e por todos em cada lugar e por todos os lugares. O Direito como macro poder (enquanto alicerce para o poder judiciário) e a disciplina como micro. E para

atingir seus fins, regularizar e regular a vida e ações humanas. Direito e disciplina fazem uso da punição como meio coercitivo para que os indivíduos nos sigam à risca. Corrompe-los é o mesmo que cair nos castigos. As punições, jurídicas ou disciplinares, servem como incentivo à correção, ou, pelo menos, desestimulam os indivíduos a saírem do caminho apresentado.

Opõem-se, termo a termo: a penalidade disciplinar tem a cargo essencial de tomar por referência um conjunto de acontecimentos observáveis, não um corpo de leis e de textos que é preciso memorizar; não diferenciar indivíduos, mas especificar atos num certo número de categorias gerais; não hierarquizar, mas fazer funcionar pura e simplesmente a oposição conjugada do permitido e do proibido; não homogeneizar, mas realizar a repartir, adquirida de uma vez por todas, da condenação. Os dispositivos disciplinares produziram uma "penalidade da norma" que é indomável em seus princípios e seu funcionamento à penalidade da lei. O pequeno tribunal que parece ter sede permanente nos edifícios da disciplina, e às vezes toma a forma espetaculosa do grande aparelho judiciário, não deve alucinar: ele não conduz a não ser por algumas continuidades formais, os mecanismos da justiça criminal até à organização da existência cotidiana; ou ao menos não é isso o fundamental; as disciplinas inventaram apoiando-se, além do mais, sobre uma série de processos muito antigos um novo funcionamento punitivo.

A disciplina utiliza-se de dois princípios básicos para fazer valer seu poder e autoridade: repartição distribui perfeitamente o indivíduo no espaço, visando a sua obediência, o contato com os demais, a troca de ideias e informações. Porém com o advento da revolução industrial ela atinge também as fábricas, sempre com o objetivo de evitar "tumultos", aperfeiçoa o espaço para assim ressoar na produção. Além de localizá-lo a disciplina o mantém sob estável vigilância, controle da atividade, saber utilizar corretamente o tempo, estabelecendo rígidos horários de trabalho, sempre repetitivos e constantes, construir um tempo integralmente útil, modelar o corpo a imperativos temporais como passos de marcha, procedimentos de escrita, de caminhada etc. O corpo cai na afirmação do objeto, um objeto constantemente em movimento, sempre produzindo e trabalhando, até o máximo esgotamento, utilizado até os seus últimos limites.

Com o passar dos tempos à disciplina evolui em matéria de otimização. Não mais prevê somente o exercício constante do corpo, mas agora exige também máxima eficiência por parte dele. Transcende para uma visão de conjunto, de resultado, uma visão mecânica que molda cada indivíduo de acordo com a necessidade do aparelho produtivo. O corpo integra um sistema, um aparelho, e a vigilância não mais incide somente sobre ele, mas em todo o conjunto.

A função da disciplina não pode ser confundida com a do suplício, enquanto este sacrifica e destrói o corpo, a disciplina se apropria dele com a finalidade de aproveitá-lo ao máximo. O bom adestramento deve seguir três princípios: Vigilância Hierárquica, a vigilância permite uma espécie de controle nunca vista na humanidade, ao vigiar o corpo ocorre um límpido processo de total submissão e controle, de domínio integral do comportamento. É a idealização de um aparelho disciplinar perfeito, onde todos estariam submetidos à mesma observância.

Normalizar significa instituir uma dada linguagem que permitirá aos indivíduos entenderem-se e formarem uma sociedade.

Tudo o que foge do padrão estipulado é penalizado, porém desigualmente do processo penal a disciplina visa à correção, as punições atuam enquanto exercícios. Toda a conduta é encaixada em um grupo classificatório, ou ela é boa ou é má, ou está correta ou está errada. Essa classificação objetiva punir os "maus" e recompensar os "bons". O exame é um produto final de todas as técnicas disciplinares, reúne a vigilância, a aprovação, o controle de tempo, de espaço, enfim, uma forma de classificar, punir, corrigir. Faz-se presente em praticamente todos os regimes disciplinares. Como visto anteriormente o poder disciplinador é exercido pela invisibilidade, pela astúcia, porém encontra-se altamente presente nos corpos que disciplina. O exame corresponde a esta característica, é subentendido, não atua diretamente no indivíduo, porém o sanciona da mesma forma. Também traça a sua história através de documentos e registros, o esteriotipifica para o resto de sua existência.

O panoptismo é a integral tomada por parte do poder disciplinador da vida de um indivíduo. Ele é vigiado durante todo o tempo, sem que veja o seu

observador, nem que saiba qual momento está sendo vigiado. A finalidade do panóptico é induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade frequente, mas de modo diferenciados e menos agressivos aos olhos atentos do povo. É dado início a uma verdadeira revolução no sistema penal, porém não uma revolução de caráter humanístico, tendo como meta o bem-estar do ser humano, foi uma revolução política, de economia de castigos e penas. direito, A punição agora possui uma nova característica, ela é exata e suficiente para que o delito não se repita, não tem como objetivo a reparação do dano, mas sim a contenção da reincidência. Ela deve ser mínima, porém eficiente e que de certa forma impeça que outros produzam o mesmo delito, o seu efeito deve ser maior nas pessoas que não cometeram nenhuma fraude.

O corretivo somente será eficaz se passar à ideia da desvantagem ao cometer o crime, assim o potencial delinquente não cometeria nenhum crime por temer severamente a pena. A pena ainda deverá ser transparente, para que todos possam presidir o seu resultado. A reeducação também deve estar presente, retirar-lhe a liberdade para que ele mesmo veja o quanto é importante respeitar o próximo. A pena deve progredir, de acordo com o crime e com o comportamento do preso, estimulando-o a mudança. Esta forma de punir, a detenção, a partir do século XIX torna-se a forma essencial de castigo, sendo largamente utilizada na Europa, o suplício ainda persiste, porém com outra forma de externalização, que assegura o funcionamento autoritário do poder. As instituições panópticas são leves e fáceis de manipular, utilizam princípios simples de correção e adestramento. É uma espécie de campo experimental do poder, assegura sua economia, sua eficácia e seu funcionamento.

Foucault, em harmonia com sua evidência na eficiência do panoptismo como um dispositivo de controle social, considera a vigilância como a função privilegiada do olhar panóptico. A dissociação entre o ver e o ser visto, será tecnicamente planejada e disponibilizada para a produção individualizada de efeitos de visão:

Para Foucault, a eficácia do olhar é a garantia da eficácia do poder. Leva a associação do olhar e do poder às suas últimas consequências: trata-se da onipotência de um olhar tecnicamente disponibilizado para o controle social,

mas trata-se, especialmente de um olhar legislador, um olhar constituinte de seus sujeitos enquanto tais. Esse olhar é capaz de dispensar a necessidade de mecanismos de repressão violenta dos indivíduos, já que a própria existência subjetiva destes últimos, assim como o imaginário. O panoptismo busca, portanto o controle total e imediato dos corpos humanos e de sua circulação espacial, mas também das condições concretas e objetivas de autorreprodução da subjetividade. É por isto que o panopticum deve instaurar a dissociação constitutiva do ver e do ser visto: de um lado, o objeto do olhar panóptico deve ser totalmente analisado, esquadrinhado e redefinido por seu intermédio sujeitando-se assim às funções disciplinares que devem configurá-lo. Para Foucault, estamos todos dentro da máquina panóptica, investidos por efeitos de poder que nós mesmos passamos adiante, já que somos parte de sua engrenagem. Por outro, o sujeito do olhar panóptico será sempre o próprio poder entendido aqui não como uma instância isolada do corpo social que deve ser ideologicamente representada, reconhecida e prestigiada, como na Antiguidade, mas como uma força social dinâmica que se dissemina e multiplica por todos os setores da vida a partir de seus dispositivos disciplinares e mecanismos de controle.

Tanto a repressão física dos corpos como as representações ideológicas dos conflitos sociais revelam-se insuficientes para a compreensão do poder disciplinar. Para Foucault, a representação ideológica é um mecanismo de poder importante para as culturas pré-modernas "antigas" baseadas no espetáculo público.

E assim, analisa o panoptismo enquanto uma nova tecnológica do olhar, questionando a importância central da representação ideológica para a reprodução social do poder. Os efeitos do panóptico sobre o ser humano encontram-se aqui distantes da transparência silenciosa e asséptica com que geralmente são associadas, provocando precisamente a reação oposta à esperada uma opacidade ou irregularidade característica do sujeito em suas relações com o dispositivo do olhar.

Entendemos que o panoptismo é característica das prisões, mas está presente nas instituições escolares.

A comparação física das escolas e das prisões procede de acordo com sua composição arquitetônica. Classes distribuídas lado a lado sem nenhuma comunicação, grades nas janelas, refeitório comunitário, muros altos e com grades, portões sem nenhuma visibilidade com o lado externo à escola.

Assim, em concordância com Foucault, a escola torna-se “... um espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos estão inseridos num lugar físico onde os menores movimentos são controlados, onde todos os acontecimentos são registrados...” (FOUCAULT, 2002, p. 174).

II – A Disciplina como Instrumento Educativo

No capítulo anterior, a disciplina aparece como instrumento de vigilância e poder. Queremos mostrar que a disciplina é importante, mas como instrumento educativo e para tanto iremos analisar o que Celso Vasconcellos diz a respeito.

2.1 - Disciplina segundo Vasconcellos

“Da necessidade da disciplina:

- O que seria de um prédio, se cada operário assentasse o tijolo do seu jeito?
- A disciplina é necessária!
- O que seria de uma orquestra, se cada músico tocasse o que quisesse?
- A disciplina é necessária!
- O que seria de um terminal de ônibus, se as pessoas não respeitassem a fila?
- A disciplina é necessária!

- O que seria do orientador que só pensa em papel, se os professores se recusassem?
- A disciplina é necessária!
- O que seria do professor que não preparou bem a sua aula se os alunos reclamassem?
- A disciplina é necessária!
- O que seria do mercado, se as pessoas deixassem de comprar o que é supérfluo?
- A disciplina é necessária!
- O que seria dos políticos, se a população não elegeisse mais gente corrupta?
- A disciplina é necessária!
- O que seria dos meios de comunicação, se a população não acreditasse mais em suas mentiras?
- A disciplina é necessária!
- O que seria do senhor, se o escravo se rebelasse?
- A disciplina é necessária!
- O que seria dos empresários, se os operários resolvessem parar por trabalhos mais dignos?
- A disciplina é necessária!
- A disciplina é necessária???
- Que disciplina?"

(VASCONCELLOS, 2004, p. 24).

Podemos entender com as palavras do autor que a disciplina serve mesmo como organizadora de toda a sociedade, mas que muitas vezes acaba adestrando os indivíduos para conviverem nessa sociedade.

“O problema da disciplina, para ser devidamente equacionado, deve ser abordado na sua totalidade, ou seja, resgatando suas múltiplas relações” (VASCONCELLOS, 2004, p. 20).

Da Educação Infantil à Universidade, nunca a relação professor – aluno esteve tão difícil.

As causas da indisciplina estão entrelaçadas com a sociedade, a família, a escola, carências, influências da TV, de toda a mídia, o que requer uma atuação organizada e articulada em todas as frentes.

A família e a escola mudaram muito. Antes, a família era cúmplice da escola. Hoje deposita suas funções e delega suas responsabilidades a ela, porém a crítica. Cada vez mais os alunos vêm para a escola com menos limites trabalhados pela família.

“Afirma-se que a função da escola é a formação do homem novo e da nova sociedade. Este homem novo deve ter capacidade de autodeterminação; toda ação do professor, da escola, da família e da sociedade deveria ajudar a formar este autogoverno. O que está ocorrendo é que tanto professor quanto a escola e a família não estão com seus autogovernos definidos, ficando o aluno desorientado também”. (VASCONCELLOS, 2004, p. 31).

Qual o papel da escola? Promove a ascensão social? Prepara para a profissão? Forma a cidadania?

“A nosso ver, um outro fator fundamental para a crise da disciplina na escola e na sala de aula está na queda do mito da ascensão social através da escola. Até há alguns anos atrás, a escola não era também um espaço agradável, mas os alunos tinham uma motivação extrínseca: ser alguém na vida. Atualmente, com a queda deste mito, fica muito mais difícil para o professor conseguir um comportamento adequado do aluno, ainda que de passividade”. (VASCONCELLOS, 2004, p. 28).

Desta forma, vemos que a escola não está tendo ou conseguindo fazer seus alunos acreditarem nela e não vendo isto, acontece a indisciplina escolar.

Houve uma mudança na relação escola – sociedade e não percebemos. A sociedade procura a satisfação imediata do prazer, diminuindo a capacidade de tolerância à frustração e aumentando a agressividade e a violência.

Vasconcellos nos alerta que a sociedade espera que a sala de aula seja um lugar de submissão, de doutrinação, de domesticação.

E a escola? Funciona ou está reproduzindo esse sistema?

Ela quer formar o cidadão ativo, responsável e autônomo, mas não lhe dá a oportunidade de exercitar-se.

“Ora, verificada a crise tanto nos sentidos (crise de identidade, “fim das ideologias”), quanto dos limites (permissividade, consumismo), fica evidente a dificuldade em se superar o problema. Assim, a questão não pode ser pensada apenas no âmbito da sala de aula ou da escola, apesar de necessariamente demandar um enfrentamento aí”. (VASCONCELLOS, 2004, p. 32).

E o educador? Qual é a sua postura: autoritária, comprometida, consciente? Sua ação pedagógica é repressiva ou liberal?

“A ação pedagógica, neste caso, transforma-se numa verdadeira guerra, com os seus participantes (professor e alunos) desenvolvendo um ódio surdo e paralisante que, por debaixo da falsa harmonia do respeito formal, destrói o relacionamento e o compromisso educacional”. (VASCONCELLOS, 2004, p. 36).

O professor espera que a classe faça silêncio para poder dar aula. Esse professor tem visão estreita. Os repressores conseguem uma disciplina que se esvai quando os alunos não estão na sua presença. Já os mais liberais sofrem por não conseguirem controlar os alunos nem os centrar ao estudo, de forma que são nomeados de incompetentes pelos alunos, pais e pelos funcionários da escola. O ideal é mostrar os limites, mas também as possibilidades, geralmente esquecidas.

O professor precisa refletir a sua prática, fazer uma autocrítica. Sem uma definição clara do seu papel, não estará em condições de educar.

Há um consenso de que sem disciplina não se pode fazer nenhum trabalho pedagógico significativo.

Cabe ao professor resgatar valores do passado, mas estar aberto aos novos valores emergentes, em função das necessidades colocadas pelas contradições sociais, políticas, econômicas, culturais, num processo de continuidade-ruptura, numa visão dialética.

O ideal seria uma disciplina consciente e interativa, marcada por participação, respeito, responsabilidade, construção do conhecimento, formação do caráter e cidadania.

Para Vasconcellos, os educadores devem se comprometer com o processo de transformação da realidade.

“Ganhamos clareza da disciplina que não queremos: a autoritária ou a espontaneísta. O desafio agora é vislumbrar – e concretizar – a superação de ambas”. (VASCONCELLOS, 2004, p. 49)

2.2 - Disciplina Interativa

“A disciplina consciente e interativa, portanto, pode ser entendida como o processo de construção da auto-regulação do seu sujeito e/ou grupo, que se dá na interação social e pela tensão dialética-adaptação-transformação, tendo em vista atingir conscientemente um objetivo”. (VASCONCELLOS, 2004, p. 51).

É a disciplina resultante de um processo de construção, contando o mais possível com a participação dos alunos, e não originária de uma imposição, para que seja consciente e interativa em sala de aula e na escola.

Por mais razoáveis que sejam os procedimentos, se colocados como imposição, são externos à conduta de qualquer aluno, e, portanto serão muitas vezes rejeitados.

“...se a culpa é da relação social, é necessário transforma-la, na escola e na sala de aula. Criar uma nova relação educacional entre os agentes da comunidade. É esta nova relação que vai gerar novos homens. À participação alienada, passiva devemos, pois, opor a participação consciente e interativa, numa coletividade organizada”. (VASCONCELLOS, 2004, p. 53).

Na disciplina interativa, o aluno deve ser envolvido na tomada de decisões e estabelecimento de regras, durante a resolução de problemas já ocorridos ou em antecipações a problemas que possam vir a ocorrer. Desse modo os alunos são motivados a refletirem sobre a necessidade de elaboração de regras e construção de competências para que reconheçam sua necessidade e possam agir com autonomia.

O professor age como mediador e orientador, mostrando a filosofia da escola e evitando atitudes de conflito, alertando os alunos sobre a necessidade de refletirem sobre os procedimentos comportamentais de cada uma das regras elaboradas para que as mesmas se cumpram.

O professor deve estar atento para que as regras não resultem apenas em um conjunto de não's. As regras não devem ser vistas primordialmente como proibições e sim como soluções para problemas de convívio dentro dos grupos.

A disciplina interativa se caracteriza por condutas de participação, respeito, responsabilidade, construção de conhecimento, formação de caráter e de cidadania.

2.3 - Convivência e disciplina na escola

Uma escola preocupada com a formação dos seus alunos e não somente em ensinar – é aquela que considera a disciplina como domínio de si mesmo para ajustar a conduta às exigências do trabalho e de convivências próprias da vida escolar, não como um sistema de castigos ou sanções que são aplicadas a alunos que alteram o desenvolvimento normal das atividades escolares com uma conduta negativa.

“Fica-se empregando as energias pensando em formas de controle dos alunos, ao invés de se pensar em melhores formas de despertar no aluno projetos, sentido para o que faz, enfim, formas de participar ativa e conscientemente de seu próprio desenvolvimento”. (VASCONCELLOS, 2004, p. 73).

A disciplina é um hábito interno que facilita a cada pessoa o cumprimento de suas obrigações, é um autodomínio, é a capacidade de utilizar a liberdade pessoal, isto é, a possibilidade de atuar livremente superando os condicionamentos internos ou externos que se apresentam à vida cotidiana.

O bom clima de uma escola não se improvisa, é uma questão de coerência, de tempo e constância.

Em uma escola não existem problemas de disciplina: há alguns alunos com problemas, a cuja formação é preciso atender de uma maneira particular. Para um real processo educativo a solução não é excluir os que atrapalham e sim atender a cada um segundo suas necessidades pessoais.

“Existem basicamente duas formas de se conseguir disciplina: por coação (educação autoritária) ou por convicção (educação dialética-libertadora). Aparentemente, os resultados são os mesmos, mas na realidade cada forma utilizada sistematicamente deixa marcas profundas no sujeito, e de naturezas bem diferentes”. (VASCONCELLOS, 2004, p. 57).

É preciso estabelecer um sistema de estímulos que favoreçam o desenvolvimento das responsabilidades dos alunos, muito mais que punir, o que vem a exigir uma atuação continuada dos professores, pois os alunos não mudam de um dia para o outro.

O passo fundamental para o professor é tratar seus alunos com estima e respeito. Deve criar um ambiente estimulante de compreensão e colaboração.

Um dos fatores que mais estimula a indisciplina, ou a falta de consideração dos alunos por um professor é a falta de coerência entre o que o professor diz e o que ele faz, entre os valores que ele tenta transmitir aos alunos e os que ele mesmo vive.

“A escola deve investir prioritariamente na formação permanente e em serviço do professor, para ter clara compreensão do processo educacional e métodos de trabalho mais apropriados”. (VASCONCELLOS, 2004, p. 76).

Os valores e atitudes cultivados numa escola precisam ser incorporados por toda a equipe de profissionais; a incoerência entre a vivência desses valores

pelos professores, pode transmitir aos alunos uma visão distorcida dos valores que a instituição cultiva.

“O professor é um dos principais agentes de mudança da disciplina (ou um agente privilegiado): 1 - por estar em contato direto com os alunos, no locus privilegiado onde se manifesta o problema; 2 – por ser o profissional da educação; 3 – por ser – potencialmente – um dos mais interessados em resolver este problema (em função do elevado desgaste que sofre)”. (VASCONCELLOS, 2004, p. 86).

Dessa forma, o professor se torna um coordenador do processo ensino-aprendizagem; um agente histórico da transformação da realidade.

Soluções para os chamados problemas de indisciplina deverão estar baseados numa análise da situação, no diálogo e em técnicas que capacitem os alunos para o autocontrole e a responsabilidade por sua conduta, de forma a envolver todos os que convivem com os alunos a auxiliarem nessa mudança de atitude (escola, família e sociedade que vive).

Conclusão

Com o passar dos anos, a escola vem presenciando e sofrendo os efeitos de fortes mudanças. A realidade hoje é outra, bem como devem ser os meios que a escola utiliza para manter a disciplina de seus alunos.

Atualmente, os alunos enquanto crescem, vão acumulando informações que os impulsionam a questionarem a ação educativa desenvolvida na escola.

Na sociedade, as crises se sucedem simultaneamente com o avanço tecnológico e este permite ao indivíduo acessar amplamente o conhecimento, estimulando – o a ser mais ativo e por consequência, a desenvolver em si o senso questionador e crítico.

Portanto, numa época de mudanças socioculturais, de avanços tecnológicos que estimulam as crianças a se posicionarem, a questionarem, dificilmente nos depararemos com uma imagem idealizada de alunos passivos, obedientes, submissos a orientações e regras impostas.

Mudar é difícil, mas não impossível. Temos que acreditar numa escola humana, menos mecânica. Não podemos nos conformar com uma educação baseada no senso comum, na repetição e na imitação.

A escola através do seu projeto – político –pedagógico deve orientar o aluno a se constituir, a se abrir para o mundo e formar indivíduos criativos.

Para que o aluno demonstre interesse em aprender, o que é fundamental para a criação de conhecimento é importante a questão da afetividade entre professor e aluno. Esse vínculo é fundamental do ponto de vista da aprendizagem.

É necessário repensar métodos e técnicas da organização das instituições escolares em função da construção solidária da liberdade e cooperação, ação do corpo pelas trocas e respeito mútuo.

Bibliografia

FERNANDES, Enguita Mariano. *A Face Oculta da Escola: Educação e Trabalho no Capitalismo*, Porto Alegre, Artes Médicas, 1989.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI*. 3ª Edição, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Petrópolis, Editora Vozes, 1987, 25ª Edição.

HOUAISS, Antônio e Villar, Mauro Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

REBELO, Rosana Aparecida Argento. *Indisciplina Escolar: Causas e Sujeitos*, Petrópolis-RJ, Editora Vozes, 2002.

SEVERINO, Antonio Joaquim, *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo, Cortez Editora, 2000, 21ª Edição.

VASCONCELLOS, Celso dos S. *(In)Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola*, 15ª ed. São Paulo: Libertad Editora, 2004.

